

| | |
|--|--|
| Nome do Cargo | Diretoria de Gestão e Planejamento |
| Nível do Cargo | FCE 1.15 |
| Órgão de Atuação | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| Requisitos Legais | - Decreto nº 10.829, de 5 de outubro 2021 - Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022, alterado pelo Decreto 12.158/2024. |
| DAS RESPONSABILIDADES | |
| Principais Responsabilidades | <p>I - planejar e gerenciar, no âmbito do Inep, a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de:</p> <p>a) Administração Financeira Federal; b) Contabilidade Federal; c) Gestão de Documentos de Arquivo - Siga; d) Pessoal Civil da Administração Federal - Sipeç; e) Planejamento e de Orçamento Federal; e f) Serviços Gerais - Sisg;</p> <p>II - planejar e promover a realização de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento profissional, à melhoria da qualidade de vida e à valorização dos servidores;</p> <p>III - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades inerentes à gestão das aquisições, patrimônio e almoxarifado do Inep;</p> <p>IV - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de prestação e de tomada de contas dos recursos transferidos pelo Inep;</p> <p>V - articular com agentes internos e externos a viabilização orçamentária e financeira das ações educacionais e dos investimentos estratégicos do Inep;</p> <p>VI - coordenar e acompanhar a elaboração da tomada e da prestação de contas anual do Inep, na forma e no prazo estabelecidos em lei e</p> <p>VII - operacionalizar a logística, padronizar os procedimentos, dar suporte ao processo e realizar as atividades de monitoramento e a capacitação dos recursos humanos envolvidos na aplicação dos instrumentos de avaliação do Inep.</p> |
| Critérios Gerais | <p>- Ter idoneidade moral e reputação ilibada;</p> <p>- Possuir perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p> <p>- Não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</p> |
| Critérios específicos Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos, conforme estabelecido no art. 19 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro 2021: | |
| Formação e Experiência | <p>- Possuir experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função.</p> <p>- Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, 6 (seis) anos.</p> <p>- Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>- Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas</p> |
| Competências | <p>- Pensamento crítico;</p> <p>- Comunicação assertiva;</p> <p>- Orientação para resultados;</p> <p>- Capacidade de processamento de informações e produção de conteúdo;</p> <p>- Compartilhamento de informações e conhecimentos, ressalvados aqueles sobre os quais incide hipótese legal de restrição de acesso.</p> <p>- Visão sistêmica;</p> <p>- Capacidade de articulação interna e externa;</p> <p>- Liderança de equipes e</p> <p>- Gestão de pessoas.</p> |